



**PROTAGONISMOS NEGROS EM EVIDÊNCIA: EXPERIÊNCIAS NA  
CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO DE ESTUDOS SOBRE PÓS- ABOLIÇÃO**

***BLACK PROTAGONISMS IN EVIDENCE: EXPERIENCES IN THE CONSTRUCTION  
OF A STUDY GROUP ON POST-ABOLITION***

Helen da Silva Silveira<sup>1</sup>

Franciele Rocha de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade abordar a criação de um grupo de estudos e extensão que está localizado junto ao curso de História, na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, no Rio Grande do Sul. O Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição (GEPA) foi criado no dia 24 de março de 2016, por alunos de graduação e pós-graduação em História, sob a coordenação institucional de um professor do curso da mesma instituição. O grupo tem por objetivo estudar e refletir acerca do Pós-Abolição, que além de ser um período da História do Brasil iniciado com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, é também entendido como um campo de estudos, se dedicando a investigar os problemas vindos com a formalização da liberdade, entendida pelo negros e negras brasileiras como algo que deveria ser resguardado e consolidado, ou seja, mais do que um período na história, o Pós-Abolição também deve ser pensado *enquanto problema histórico*.

**Palavras-chave:** Escravidão. Extensão. História. Liberdade. Pós-Abolição.

**Abstract:** *The purpose of this article is to discuss the creation of a study and extension group that is located next to the History course at the Federal University of Santa Maria - UFSM, in Rio Grande do Sul. The Post-Abolition Studies Group (GEPA) was created on March 24, 2016, by undergraduate and graduate students in History, under the institutional coordination of a professor of the course at the same institution. The aim of the group is to study and reflect on Post-Abolition, which in addition to being a period in the history of Brazil initiated with the signing of the Lei Áurea in 1888. It is also understood as a field of study dedicated to investigating the problems with the formalization of freedom, understood by Brazilian black men and woman as something that should be safeguarded and consolidated, that is, more than a period of time, Post-Abolition is also be thought of as a historical problem.*

**Keywords:** *Slavery. Extension. History. Freedom. Post-Abolition.*

<sup>1</sup> Graduada em História - Licenciatura Plena e Bacharelado (UFSM). Membro do GEPA UFSM – Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição. E-mail: helen.dasilvasilveira@gmail.com

<sup>2</sup> Mestra em História e graduada em História; Licenciatura Plena e Bacharelado (UFSM). Membro do GEPA UFSM – Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição. E-mail: franciele.r.oliveira@gmail.com

## Introdução

Antes de apresentarmos o GEPA – Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição, é necessário falar sobre duas pessoas: Nei D’Ogum e Beatriz Loner.

Vilnes Gonçalves Flores Jr. era seu nome de registro, mas todos o conheciam como Nei D’Ogum. Era assim que se declarava. O nome acompanhava também uma apresentação, já que sempre se anunciava como “afrogay periférico e de alta autoestima”, um “agitador cultural”, que queria “pretear, enegrecer e escurecer a cena” de Santa Maria/RS. Tornou-se reconhecido Produtor Cultural e o que mais marcava seu percurso era o ativismo das causas ligadas ao que era: autodeclarado negro, membro da comunidade LGBT, praticante da religião de matriz africana e morador de periferia, sua “doce favela”, o Loteamento Cipriano Rocha, na Zona Oeste. Nei teve sua história retratada no documentário Pobre Preto Puto - PPP, exibido em rede nacional, pelo Canal Brasil, vencedor de diversas categorias do cinema e exibido internacionalmente. Foi um importante articulador de políticas para as comunidades que representava, trabalhando para o empoderamento e autoestima de seu povo. Gostava de salientar sua militância nos anos 1980, com o centenário da Abolição da escravatura no Brasil e os movimentos de liberdade para Nelson Mandela. Eis, portanto, uma personalidade que transborda as experiências sobre as quais o GEPA - Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição viria lançar seus olhos e ouvidos atentos. Nei ingressa na Universidade Federal de Santa Maria na condição de cotista, infelizmente, teve sua trajetória acadêmica interrompida pela morte. Meses antes de falecer, esteve junto ao GEPA, que incentivava desde a criação, era a última vez que Nei D’Ogum estaria com o Grupo.

Os primeiros contatos dos integrantes do grupo com a temática foram proporcionados pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz Ana Loner, que ingressou na Universidade como professora convidada no ano de 2012, permanecendo até o final de 2013. Durante sua estadia, a professora ministrou diversas disciplinas obrigatórias e optativas em que a temática do Pós-Abolição sempre fora o fio condutor dos conteúdos trabalhados. Graças as aulas desta professora que, entre outras coisas, eram bastante instigantes e inspiradoras, alguns dos alunos e alunas que participaram dessas disciplinas escolheram trilhar o caminho de estudo e pesquisa do Pós-Abolição. Porém, com a ausência da professora no curso, não havia quem pudesse fornecer a devida orientação para aqueles que estavam prestes a encarar a escrita do Trabalho de Conclusão de Graduação - TCG ou Dissertação. Assim, um grupo de estudantes decidiu

estudar juntos, na tentativa de conseguir um melhor entendimento das questões abordadas pelo campo do Pós-Abolição.

Nei D'Ogum e Beatriz Loner, que com experiências distintas, diferentes em suas cores, gerações, gêneros e classes sociais foram, igualmente, fundamentais nas trajetórias daqueles que passaram a constituir o que veio a se tornar o GEPA – Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição. Pode-se dizer que ambos foram essenciais para o surgimento do Grupo. Nei faleceu na noite do dia 23 de agosto de 2017. Em menos de 1 ano, partira também Beatriz Ana Loner, no dia 29 de março de 2018. Partiram deixando frutos.

Em sua composição atual, o GEPA possui em torno de 15 membros, entre eles, alunos, técnico-administrativos e professores. O fato de o grupo ser formado por estudantes de graduação e pós-graduação é uma das características marcantes do GEPA. Desde que foi criado, alunos de ambas as etapas estiveram presentes construindo as discussões e ações. Outra característica importante do grupo é que a maior parte do grupo é composto por mulheres, que ingressaram na Universidade pelas cotas sociais ou raciais. Com o passar do tempo, alunos de outros cursos também passaram e integrar o GEPA, além de técnico-administrativos da Instituição.

São participantes do Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição: Pedro Lenz Piegas, Taiane Anhanha de Lima, Késsia Machado, Helen da Silva Silveira, Jéssica da Silva, Felipe Brunhausser Farret, Franciele Rocha de Oliveira, Gabriela Rotilli dos Santos, Izadora Dornelles, Nara Medianeira Ilha Rodrigues, Victor Vinicius Dias do Espirito Santo, Fernando Rodrigues, Ênio Grigio e Aline Sônego. Quem assina institucionalmente é o Prof. Dr. Luis Augusto Ebling Farinatti, do curso de História e que, entre outras coisas, trabalha com História Social, abordagem metodológica muito utilizada nos estudos do Pós-Abolição, por isso foi procurado por diversas alunas do grupo para orientar seus trabalhos finais e também foi convidado para ser o coordenador do grupo.

### **Pós-Abolição: Reflexões e Apontamentos sobre um Campo de Estudos**

A criação do GEPA justifica-se pela importância que os estudos do Pós-Abolição vem tendo para as reflexões e discussões sobre o Brasil contemporâneo. Segundo Rios e Mattos (2004, p. 1), “As visões da última geração de escravos brasileiros sobre seus planos e destinos, após o 13 de maio, finalmente começam a emergir como um dos problemas históricos cruciais

na historiografia brasileira sobre o período”.

Este campo de estudos teve seus primeiros trabalhos publicados ainda na década de 1980, mas foi na década seguinte que se consolidou de fato. O surgimento do Pós-Abolição como problema de pesquisa tem muito a ver com o fato de explicações oferecidas, até então, pela historiografia, baseiam-se, demasiadamente, nos planos que as elites tinham para o Brasil, onde o fator racial era secundário e não parecia configurar como um motivo determinante para entender os caminhos tomados pela sociedade. Ainda de acordo com as autoras:

Detalhes sobre diagnósticos e projetos de construção nacional, produzidos por elites invariavelmente conservadoras, pautaram por muito tempo a discussão historiográfica sobre o período pós-emancipação. Melhor dizendo, o pós-Abolição como questão específica se diluía na discussão sobre o que fazer com o “povo brasileiro” e a famosa “questão social”. (RIOS; MATTOS, 2004, p. 1)

Dessa forma, as pesquisas sobre o Brasil do século XX, procuram entender o que a elite desejou e planejou para o restante da população. E a questão racial era diluída dentro disso. Tais explicações se mostraram ineficientes para compreender a relação da desigualdade social com a raça, ou seja, não se conseguia de fato entender por que dentro da pirâmide social os negros e negras estavam, em grande quantidade, nas camadas mais baixas e subrepresentados nas camadas mais altas, ainda mais se levarmos em conta que o discurso da meritocracia já havia caído por terra. Outro motivo que incentivou as pesquisas do Pós-Abolição foi o crescimento de estudos com a abordagem da História Social, como coloca Silva (2011):

A história social desenvolvida no país foi e continua sendo influenciada pelos estudos desenvolvidos por E. P. Thompson, o qual buscou perceber a agência dos indivíduos comuns, das pessoas simples, e o papel desenvolvido por estes na sociedade. Embora o contexto de suas pesquisas fosse outro, assim como os agentes da história, lançou-se um olhar para a história dos de baixo. Nesse sentido, a história da escravidão e do pós-Abolição passou a buscar os indivíduos escravizados e oriundos desses nessa sociedade tão fortemente marcada por um preconceito de cor e que delegava aos negros posições secundárias. (SILVA, 2011, p. 20)

Neste sentido, foi possível investigar e compreender como as pessoas comuns protagonizaram a criação e o desenvolvimento de projetos coletivos para a sociedade. Estes fatores somados as reivindicações do Movimento Negro por uma História do Brasil que, de fato, contemplasse a população negra, prevista pela Lei Federal 10.639, de 2003, e reforçada

pela Lei 11.645, de 2008, proporcionaram o desenvolvimento de estudos do Pós-Abolição. Os estudos no âmbito do Pós-Abolição procuram entender os significados de liberdade; compreender como as experiências dos egressos do cativo influenciaram suas vivências, num país onde juridicamente todos eram livres; perceber quais foram as estratégias utilizadas para enfrentar barreiras de cor no mundo social, do trabalho etc.

Mais do que olhar outro ponto de vista, os estudos do Pós-Abolição pretendem compreender melhor como os negros e negras livres e libertas reorganizaram suas vidas no último país a abolir a escravidão nas Américas e que não propôs qualquer tipo de política pública de reparação. Esse país importou imigrantes europeus aos montes para que fossem a mão de obra livre, e com a qual as comunidades negras tiveram de competir no mercado de trabalho. Portanto, a Abolição não era o fim das mazelas negras, nem mesmo o fim da resistência, como bem apresentam Gomes; Schwartz (2018):

A escravidão é descrita, nesse sentido, ‘definhamento social’, quase que obsoleto, diante uma sociedade com projetos modernizantes e pronta para o ‘alvorecer republicano’. Mas, a realidade era bem mais complexa, e nesse sentido apenas começava outro capítulo para os libertos, libertas, trabalhadores e trabalhadoras negras, mestiços dos campos e das cidades. O período que se abriu vinha cheio de expectativas, críticas, impasses, embates, novas culturas políticas, e relações de poder. (GOMES; SCHWARTZ, 2018, p. 40)

Desta forma, ao refletir o que veio depois do 13 de maio, é fundamental que se leve em conta os projetos que os libertos tinham para o futuro. No tal “alvorecer republicano”, os negros e negras tiveram de se deparar com as proibições em muitos estabelecimentos, nos quais não podiam entrar unicamente por serem negros. Estes estabelecimentos não eram apenas comerciais, eram também locais como escolas, clubes sociais, times de futebol, bibliotecas, etc. No mercado de trabalho havia uma preferência pelos chamados “brancos nacionais”, mas ainda mais pelos imigrantes europeus como alemães e italianos. Assim, as expectativas dos homens e mulheres negras de que a Abolição trouxesse consigo a oportunidade de uma sociedade mais igualitária foram logo frustradas, acarretando na necessidade de se mobilizar, dando origem a uma série de organizações negras com as mais variadas finalidades.

Isso não significa dizer que as organizações negras já não existissem antes, pois “Os negros desenvolveram, desde o período colonial, uma intensa vida associativa. Mesmo quando escravizados, encontraram diversas maneiras de se reunir com seus pares”

(DOMINGUES, 2018, p. 113). Mas, suas finalidades e formatos eram outras, como os clubes abolicionistas criados em meados do século XIX, que visavam à compra de alforrias e reivindicavam a Abolição, ou, ainda, as Irmandades religiosas, que existiam desde o século XVIII, funcionavam sob a proteção da Igreja e organizavam desde enterramentos a festas de santos com Rainhas e Reis Congos.

Os clubes abolicionistas, no caso do Centro Ethiópico de Pelotas, Rio Grande do Sul, foi fundado nos anos finais da escravidão com o intuito de ser uma entidade de representação política que tinha como pauta principal a abolição e era formado indivíduos da raça ethiópica, como eles mesmo se denominavam, ou seja, era formado por negros que buscaram protagonizar as lutas pela Abolição (LONER, 1999).

Havia algumas formas de associativismo negro do Pós-Abolição; umas queriam oferecer espaços de lazer e cultura, como os clubes sociais negros; outras objetivavam a prática do esporte como: os times de futebol. Havia também organizações que buscavam levar informação e denunciar casos de racismo como: os jornais da Imprensa Negra, surgida ainda no século XIX, continuando a existir no século XX. As organizações se proliferaram podendo ser encontradas em diversos estados do país, já que “ao longo da Primeira República, as associações negras se multiplicaram. Estima-se que, somente na cidade de Porto Alegre, surgiram 72 delas, entre 1889 e 1920; já em São Paulo foram 123, entre 1907 e 1937”. (Ibid., p. 115). Sem falar de outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Nem sempre uma organização estava separada da outra, pois não são poucas as organizações que cederam seu espaço para o funcionamento de outras, bem como seus sujeitos circulavam nestes vários espaços associativos.

Todo este universo organizativo nos foi apresentado, principalmente, através das pesquisas feitas por historiadores e historiadoras do campo do Pós-Abolição. Os estudos da área vêm sendo realizados por pesquisadores de todo o Brasil há mais de 20 anos e é aqui que o campo mostra uma de suas principais características, pois a maior parte dos pesquisadores deste campo são homens e mulheres negras. Este é um dado muito interessante de se pensar, já que estudos sobre a população negra no Brasil existem há muito tempo, porém eles eram sempre realizados, quase que exclusivamente, por homens brancos em busca de resposta para “o problema do negro” e sua suposta falta de sintonia com a sociedade brasileira.

Muitos foram os trabalhos publicados neste sentido, como os famosos estudos dos membros da chamada Escola Sociológica Paulista, das décadas de 1960 e 1970, e que

tornaram famosas suas análises que entendiam as mazelas negras como herança da violência da escravidão, da qual os negros não conseguiam superar para ir em frente e se adequar à vida em liberdade. Homens brancos como Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Florestan Fernandes foram alguns daqueles que se destacaram nesta corrente de estudos. Já nos estudos do Pós-Abolição, os negros e negras não são somente estudados, mas também são estudantes, dialogando entre si e consolidando-se como intelectuais importantes e referências na área, evidenciando que não apenas o “problema do negro” foi causado pelo branco, que constituía a classe dominante e que nunca se preocupou em construir políticas públicas de reparação, como também foram os negros que continuaram a ser uma parte considerável da mão-de-obra e conseguiram organizar uma intensa vida organizativa nos mais diversos âmbitos, conforme mostrado anteriormente.

Nesse sentido, podemos citar Petrônio Domingues, Prof. Dr. da Universidade Federal do Sergipe, que possui uma intensa produção, abordando desde clubes sociais negros a mundos do trabalho e raça; Wlamyra Albuquerque, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> da Universidade Federal da Bahia, que pesquisa racialização na sociedade do século XX; Álvaro Nascimento, Prof. Dr. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que trabalha com a trajetória de homens negros nas forças armadas; Giovana Xavier, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que pesquisa mulheres negras; Ana Flavia Magalhães Pinto, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> da Universidade Federal de Brasília, que pesquisa Imprensa Negra; Fernanda Oliveira da Silva, Pós-Doutoranda da Universidade Federal de Rural do Rio de Janeiro, que pesquisa clubes sociais negros e Lucilene Reginaldo, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> da Universidade Estadual de Campinas, que trabalha com Irmandades religiosas, entre muitos e muitas outras. Nota-se também a quantidade de mulheres presentes no campo de estudos espalhadas pelos mais diversos caminhos de pesquisa, trazendo uma interessante intersecção entre gênero, cor e intelectualidade.

Este é um momento bastante propício para a discussão sobre o protagonismo negro nos estudos, pois no ano de 2018, o Brasil viveu os 130 anos da Abolição. Esta é uma data importante para reflexões sobre o Pós-Abolição, já que os negros continuam a ser mais da metade da população, porém ainda apresentam os índices mais preocupantes de desemprego, baixa escolaridade e assassinatos por armas de fogo, sendo, muitas vezes, as vítimas. No entanto, o campo do Pós-Abolição está aí para mostrar que não somente os aspectos negativos devem ser ressaltados. Segundo Gomes; Schwartz (2018, p. 19) “Com o associativismo e a imprensa negra de início do século XX, com o crescimento de movimentos contra o racismo,

e com a retomada de uma produção acadêmica robusta [...] e das políticas públicas mais contemporâneas, tal quadro indica-embora ainda morosas-mudanças”.

Assim, é possível visualizar um cenário promissor e, como nos mostra o campo do Pós-Abolição, a população negra saiu da escravidão sem receber qualquer tipo de assistência ou ressarcimento por parte do Estado, que queria ainda sua completa eliminação por meio de políticas de branqueamento e imigração. O que parecia ser dado como destino certo de desaparecimento, se configurou num território fértil para resistência, cultura, associativismo e trabalho, pavimentando o caminho para as gerações que seguiram e se tornaram intelectuais da academia, capazes de formar argumentos consistentes sobre a História do Brasil, que contemple os negros e negras com aquilo que sempre foram: protagonistas de sua própria história.

### **A Todo Vapor: Ecos da Comunicação, Ensino, Pesquisa e Extensão atravessam o GEPA**

Iniciamos, nesta parte do texto, uma espécie de descrição das atividades desenvolvidas pelo GEPA, evidenciando as ações do grupo de 2016 ao momento atual. Com encontros quinzenais para estudos, o GEPA tem reunido seus membros, pelo menos 2 vezes a cada mês, para discussão de textos e planejamento. Tanto a bibliografia quanto os temas dos encontros são decididos coletivamente, da mesma forma que a proposição de eventos. No projeto inicial, uma lista bibliográfica foi organizada, contemplando os pontos: 1. História social da escravidão – século XIX; 2. O contexto Pós-Abolição e os significados da liberdade; 3. Organizações negras – irmandades, associações, clubes sociais e esportivos, jornais e outros; 4. Santa Maria no fim da escravidão e no Pós-Abolição; 5. Gênero e raça: mulheres negras; 6. Territórios negros e a questão da moradia; 7. Carnaval, religiosidade afro e música. Elaboramos, também, um quadro com as principais bibliografias lidas por ano.

Entre as ferramentas de comunicação, o GEPA possui uma *fanpage*, no *Facebook*, de nome “GEPA - Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição”, onde se compartilham textos, editais, materiais audiovisuais interessantes aos estudos, dossiês de revistas, eventos e, obviamente, as agendas próprias do Grupo. A página é o principal meio de comunicação do GEPA com a comunidade acadêmica e com o público externo, através da qual divulga suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nestes 2 anos, o GEPA acabou por fixar algumas ações em seu calendário anual, de

modo que no início de cada ano ou novo semestre, um evento de apresentação do grupo é realizado nas dependências da UFSM a fim de apresentá-lo aos estudantes recém-ingressos no curso de História e comunidade em geral. O 1º Encontro de Apresentação do GEPA deu-se em 12 de setembro de 2016 e contou com a presença de 15 participantes. Os diálogos foram em torno da escravidão e liberdade e de como tais realidades históricas foram/são discutidas e abordadas nas escolas. O espaço contou com a exibição de uma cena do filme *Amistad* (1997), escolhido pelo grupo, pelas marcas que deixou nas memórias de algumas participantes, quando exibido em seus colégios. O que nos foi ensinado sobre escravidão? Sobre as experiências em liberdade? E sobre as resistências negras? Que imagens da comunidade negra construímos? Essas foram algumas das questões colocadas, entre outras tantas, que tangenciaram a historiografia do tema e as lutas do Movimento Negro por representatividade e direitos. Grande parte do espaço contou com relatos de experiência, especialmente trazidos por estudantes negras da instituição.

Já o 2º Encontro de Apresentação do GEPA, ocorreu em 28 de março de 2017, contou com público mais expressivo, reunindo cerca de 40 pessoas, incluindo a turma de Prática de Ensino de História III. A atividade também exibiu a primeira parte do Documentário *13ª Emenda* (2016), que aborda o processo Pós-Abolição estadunidense e a relação com o encarceramento em massa da população negra. O espaço teve a presença de Nei D'Ogum, que falou sobre sua realidade e a constante luta pela valorização da comunidade negra, contra o genocídio e a desigualdade racial ainda presente na sociedade brasileira. Os diálogos foram mediados por membros do GEPA, com introdução ao filme feita por Taiane Lima e um paralelo entre as realidades do Pós-Abolição nos Estados Unidos e Brasil, conduzido por Helen da Silva Silveira.

A produção do GEPA tem se destacado no que tange a elaboração de espaços de formação para atender a demanda externa, uma vez que o Grupo também tem recebido convites para atuar com a formação de professores, entre outros públicos. Em 2016, o GEPA integrou a programação do IV Encontro Nacional de Pré-Universitários Populares, realizando, em 23 de setembro, a oficina: “Por que ama de leite ou Globeleza? O papel do Pós-Abolição na construção da imagem da mulher”, que teve 20 inscritos. De igual forma, somando-se às ações das agendas relacionadas à Semana Municipal da Consciência Negra, em 18 de novembro de 2016, o GEPA realizou o “Diálogos sobre escravidão e Pós-Abolição na Ocupação”, que teve cerca de 40 participantes. A atividade teve o intuito de fomentar as

reflexões sobre as experiências que envolvem a escravidão e a liberdade no Brasil. Entre os convidados do espaço estavam o Prof. Dr. Ênio Grigio (IFFar), que falou sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Santa Maria/RS, a primeira organização negra documentada da cidade, fundada por volta de 1870 e mantida até o início do século XX; a Profª Drª Marta Nunes (UERGS), que falou sobre suas experiências de vida e trabalho na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, onde nasceu, com foco para sua vivência no Clube Social Negro União e os projetos culturais, que vem construindo ao longo dos anos. E a Profª. Doutoranda Maria Rita Py Dutra (PPGE UFSM), convidada para falar sobre o racismo e literatura, em defesa da promoção da igualdade étnico-racial.

O ano de 2017 foi, sem dúvida, o ano mais movimentado para o grupo, não só envolvido na promoção de importantes eventos para o campo de estudos, trazendo relevantes referências na área para o diálogo, bem como sendo convidado para realizar atividades externas. Destacamos assim, os “Diálogos sobre história social do trabalho e Pós-Abolição”, evento realizado no dia 5 de abril de 2017, em que o GEPA recebeu a Profª. Drª. Melina Perussatto, vice-coordenadora do GT Emancipações e Pós-Abolição - ANPUH/RS. Em 10 de agosto de 2017, o GEPA, a convite do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI, do Instituto Federal Farroupilha de Julio de Castilhos, esteve participando da VII Jornada de Educação e Cultura Afro-brasileira e Indígena e V Curso de Educação Inclusiva e Diversidade. Para este evento, elaboramos uma oficina inédita composta por um jogo, intitulada: “O lado negro da História? A importância dos diálogos sobre o Pós-Abolição, trajetórias e o protagonismo negro em sala de aula”. A oficina ocorreu nas dependências do clube social negro José do Patrocínio, fundado em 1913 e contou com cerca de 30 participantes.

A mesma Oficina fora realizada no I Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da UFSM - CONEPEH, como parte da programação, no dia 24 de outubro de 2017, havendo cerca de 20 participantes, de diversos cursos de graduação e pós-graduação de universidades do estado. Da mesma forma, a oficina também foi realizada na Escola Básica Estadual Paulo Devanier Lauda, a convite da Profª. Bianca Alves Madruga, do PIBID História, no dia 21 de novembro de 2017, como parte da programação da Semana da Consciência Negra da Escola. A atividade aconteceu com as turmas 63 (6º ano do Ensino Fundamental) e 202 (2º ano do Ensino Médio). Helen da Silva Silveira, que, na época, também era membro do PIBID e Franciele Oliveira realizaram a oficina, abordando as

organizações negras do estado e da cidade, apresentando clubes sociais negros, blocos de carnaval, irmandades e imprensa negra.

Ainda sobre os eventos daquele ano, em 21 de agosto de 2017, o GEPA realizou um evento com três importantes referências dos estudos sobre escravidão e liberdade no Rio Grande do Sul, denominado “Trajetórias, organizações e o protagonismo negro no Pós-Abolição”, que contou com as seguintes falas: Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira (UNISINOS): “Eu me não molesto com os epítetos mestiço, mulato ou negro”: trajetórias e escritas de si de um professor negro. (O Dr. Alcides Cruz); Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS): Territórios negros de Porto Alegre e Prof. Dr. Ênio Grigio (IFFar): Possibilidades de pesquisa com fontes documentais: negros e negras nos arquivos de Santa Maria e Porto Alegre.

A atividade foi idealizada pelo GEPA e teve o apoio do Departamento de História da UFSM e Curso de História da UFSM. No fim daquele ano, o grupo teve um espaço interno formativo com os professores doutores Ênio Grigio (IFFar) e Luis Augusto Farinatti (UFSM), realizado em 7 de novembro. E, em 13 de dezembro, o GEPA recebeu a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Oliveira da Silva, Coordenadora do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH/RS, na realização da palestra “As lutas políticas nos clubes negros”. A atividade, aberta ao público, contou com falas da historiadora sobre a sua trajetória acadêmica, culminando na escrita da sua tese, apresentada aos participantes do espaço. A atividade foi idealizada pelo GEPA e teve o apoio da Associação Ará Dudu, via Incubadora Social da UFSM.

Em 2018, o GEPA participou da programação do evento “Negras e negros na Cultura, nas Ciências e nos Movimentos Sociais”, a convite da Associação Ará Dudu, em alusão ao Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial. Assim, no dia 29 de março, as membros do GEPA Jéssica Silva, Késsia Machado e Helen da Silva Silveira mediarão a mesa “Mulheres negras: militância e protagonismo”, que teve a participação da Rapper e ativista Malu Viana (Porto Alegre/RS), da ativista e artesã Carmen Lucia Coelho Chaves – Baiana; e da Rapper, ativista e estudante de Psicologia (ULBRA) e Pedagogia (UFSM) Letícia Prates.

Entendendo a importância que os 130 anos da Abolição têm para a História do Brasil, o Grupo de Trabalhos (GT) Emancipações e Pós-Abolição, ligado à Associação Nacional de História (ANPUH) promoveu em maio deste ano o II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, no Rio de Janeiro. Este evento contou com a participação

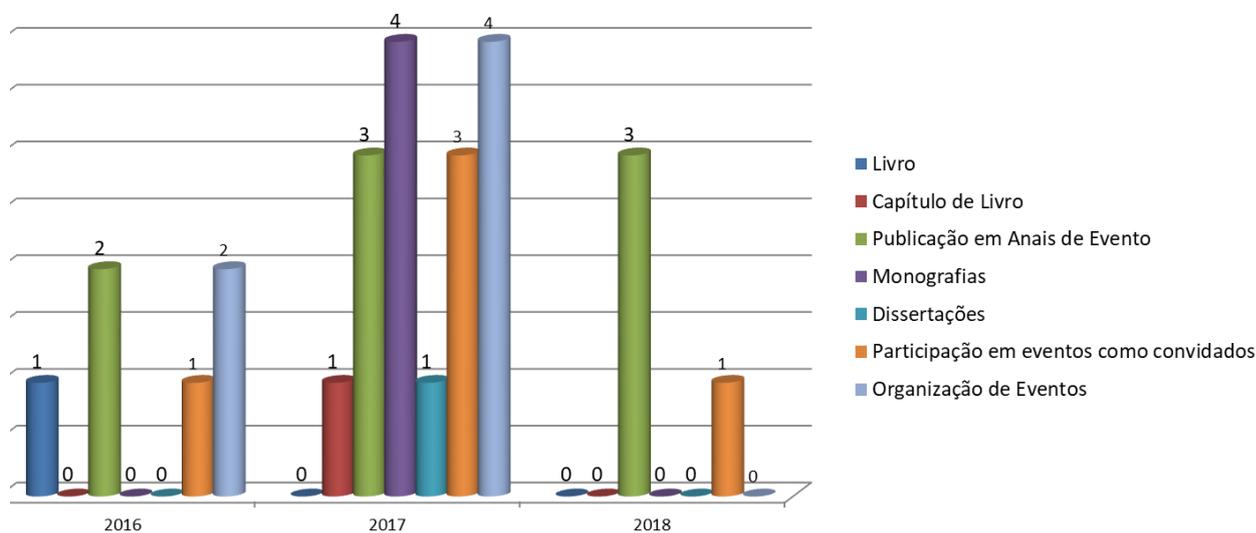
de historiadores e historiadoras de outros países da América e também de todo o Brasil, inclusive aqueles citados anteriormente. Era um evento que proporcionaria uma oportunidade sem igual de discussão e aprendizado e foi pensando nisso, que alguns membros do GEPA decidiram se inscrever e participar, no entanto, ir até lá não seria uma tarefa barata, considerando os custos da viagem. Para que a viagem fosse possível, foi necessário haver uma mobilização por parte dos e das integrantes que realizaram venda de pastéis, brechó e uma campanha de financiamento coletivo, através do site *Vakinha online*.

O grupo também solicitou recursos institucionais à Coordenação do Curso de História e à Direção do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Instituição dos quais não obteve auxílio, já as Pró-reitorias de Assistência Estudantil e Extensão ajudaram com passagens e uma bolsa eventual no valor de R\$ 400,00, respectivamente. Com isso, as participantes do grupo: Helen da Silva Silveira, Franciele da Rocha Oliveira, Gabriela Rotilli dos Santos, Nara Medianeira Ilha Rodrigues e Jéssica da Silva conseguiram fundos suficientes para cobrir as despesas e participar do evento. O Seminário concentrou as principais questões e discussões que têm acontecido no campo do Pós-Abolição, além de apresentar novas possibilidades de pesquisa.



**Figura 1:** Membros do GEPA, no II Seminário Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, com as Prof<sup>as</sup> Dr<sup>as</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto e Fernanda Oliveira da Silva  
**Fonte:** Disponível em: [www.facebook.com/gepauafsm](http://www.facebook.com/gepauafsm). Acesso em: 5 jul. 2018.

Encerramos este ponto destacando também a produção dos membros do GEPA no que tange à participação em eventos acadêmicos, por meio de apresentações de comunicações e pôsteres ou ainda na condição de ouvintes e, sobretudo, a produção bibliográfica dos mesmos. Desta forma, registramos a participação no XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS “Ensino, Direitos e Democracia”, de 18 a 21 de julho de 2016, em Santa Cruz do Sul/RS; no 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, de 24 a 27 de maio de 2017, em Porto Alegre/RS; na 31ª Jornada Acadêmica Integrada da UFSM – JAI, de 17 a 21 de outubro de 2016, em Santa Maria/RS; no I Encontro Internacional de Pesquisa em Ciências Humanas – EIPCH, de 1 a 3 de agosto de 2017, em Pelotas/RS; no IV Encontro de Pesquisas Históricas (EPHIS), de 08 a 10 de agosto de 2017, em Porto Alegre/RS; no II Congresso Internacional de Estudos Históricos Latino Americanos – CI EHILA, de 13 a 15 de setembro de 2017, em São Leopoldo/RS; na VIII Reunión del Comité Académico "Historia, regiones y fronteras", de 27 a 29 de abril de 2017, em Montevideú/Uruguai e no II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, de 15 a 18 de maio de 2018, no Rio de Janeiro. Destes eventos, os membros do GEPA tiveram resumos e trabalhos completos publicados em Anais.



**Gráfico 1:** Atividades e produções do GEPA por ano (de 2016 a 2018).

Fonte: Gráfico elaborado a partir das produções do GEPA neste período.

Conforme o gráfico apresentado é possível perceber que a produção mais diversificada do grupo deu-se em 2017, com a participação em eventos diversos, também na condição de convidados e em eventos que geraram publicações em anais. Sem dúvida, contudo, entre as principais produções bibliográficas dos membros do GEPA estão a Dissertação de Mestrado: “Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul”, de Franciele Rocha de Oliveira, defendida em 2017, pelo PPGH/UFSM, com Orientação do Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad e Co- orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Beatriz Loner (UFPEL). E as Monografias: “Eu négo que aqui só tenha branco”: experiências negras no Pós-Abolição em Venâncio Aires/RS, de Helen da Silva Silveira (UFSM); "Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913)", de Gabriela Rotilli (UFSM) e "Os loucos e a rua: espaço da loucura em Santa Maria/RS 1900-1910", de Izadora Dorneles (UFSM), todas defendidas em 2017, sob a Orientação do Prof. Dr. Luís Augusto Farinatti.



**Figura 2:** Membros do GEPA, após Defesa de Monografia de Helen da Silva Silveira.  
**Fonte:** Disponível em: [www.facebook.com/gepaufsm](http://www.facebook.com/gepaufsm). Acesso em: 5 jul. 2018.

## **Considerações Finais: Protagonismos Negros em evidência para uma Educação Antirracista**

Nei D'Ogum e Beatriz Loner com suas trajetórias foram sopro de inspiração que potencializaram a constituição de iniciativas como o GEPA UFSM. Foram parte, portanto, de gerações anteriores, que abriram caminhos para que hoje, pudéssemos estar encarando as diversas problemáticas, que envolveram as experiências de homens e mulheres negros e negras em escravidão e, sobretudo, em suas lutas pelas liberdades, incluindo os próprios significados de tais liberdades, que não devem ser compreendidas como “um bem dado”, um estatuto legal que garanta aplicação real de direitos, como bem indicam as pesquisas em História da escravidão, Abolição e Pós-Abolição no mundo Atlântico.

Constituído há mais de 2 anos, o GEPA percebe-se como um Grupo que busca operar dentro de uma lógica horizontal e democrática, promovendo a integração entre graduação e pós-graduação, envolvendo, no corpo de membros, as categorias docentes, discentes e, atualmente, conta com uma técnica administrativa, sendo a maioria mulheres, estudantes cotistas da instituição e autodeclarados negros e negras.

O GEPA, apesar das dificuldades, tem tornado possível o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo com a formação de professores e da comunidade em geral, na medida participa de atividades externas e também realiza ações abertas ao público e gratuitas, relacionadas aos estudos sobre História da escravidão e liberdade no Brasil e no Rio Grande do Sul, abordando de forma mais justa tais histórias, trajetórias e os protagonismos das comunidades negras, historicamente vítimas de violações de direitos humanos.

Estudar sobre Pós-Abolição não é somente, escrever sobre “a História dos negros”, é escrever sobre História contemporânea do país, por isso, o Grupo, através de suas pesquisas e atividades, reivindica outra escrita da História do Brasil e do Rio Grande do Sul, uma escrita que não trate negros e negras de forma marginalizada, como meros escravos, malandros, boêmios, mulatas de samba ou empregas domésticas, dando-lhes a devida evidência como editores de jornais negros, médicos, presidentes de clubes sociais, literatas etc.

Neste sentido, o GEPA contribui para novas reflexões acerca do passado e do presente, além de estar em consonância com as exigências do Movimento Negro e as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que regulam o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, na tentativa de formar

novas gerações mais conscientes da diversidade étnico-racial do Brasil. O GEPA em sua formação é um reflexo dessa diversidade, assim como é da própria formação do campo de estudos do Pós-Abolição, já que de seus 15 membros, 10 são mulheres e destas, 5 são negras, portanto, o grupo demonstra refletir a intersecção entre gênero, raça e intelectualidade, formando assim, pensadores baseados numa outra epistemologia nas Ciências Humanas e Sociais.

Este movimento que mistura representatividade e o que poderíamos chamar de reparação histórica ou justiça histórica, alinhado à “expertise”, enquanto historiadores e historiadoras de formação e em formação, dialogando com outras áreas do conhecimento, tem rendido interessantes frutos. Como exemplo, citamos as leituras de intelectuais negros e negras, bem como a proposição de espaços de formação com tais pesquisadores, como no caso do evento de participação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Fernanda Oliveira da Silva, cujo impacto pode ser refletido também nas bibliografias do curso de História, que passaram incluir seu texto como leitura obrigatória.

O grupo também desenvolve a Campanha de Preservação dos Jornais da Imprensa Negra de Santa Maria, que visa reunir os exemplares publicados pela Imprensa Negra local, compreendendo sua História. Não à toa, o GEPA tem se organizado para o cadastramento efetivo, enquanto um projeto de extensão do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM e, atualmente, está inserido dentro das “Iniciativas anti-racistas”, do Observatório de Direitos Humanos, ligado à Pró-Reitoria de Extensão da UFSM. Frutos que têm importâncias reafirmadas, quando observamos as experiências da própria instituição “das portas para dentro”, recentemente envolvida em casos de extrema expressão do racismo e neonazismo, bem como “das portas para fora”, em uma cidade e estado, que carregam Histórias de segregação racial e racismo, institucionais ou não. Nei D’Ogum, Beatriz Loner e outros tantos, com seus ensinamentos, seguem vivos.

## Referências

DOMINGUES, P. Associativismo negro. *In*: GOMES, F. dos S.; SCHWARTZ, L. M. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, F. dos S.; SCHWARTZ, L. M. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos**

críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LONER, B. A. Negros: Organização e luta em Pelotas. **História em Revista**. Pelotas, v. 5, p. 7-27, 1999.

MATTOS, H.; RIOS, A. M. L. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

SILVA, F. O. da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,. Porto Alegre, 2011.

Recebido em: 6 de julho de 2018.

Aceito em: 15 de julho de 2020.